



Economia
Brasil

Mindlin, Simonsen e Teixeira da Costa: um debate sobre as perspectivas da economia brasileira e a defesa da abertura de capital, para que a empresa brasileira possa voltar a crescer.

Esperanças para nossa economia

— A queda dos juros externos, a *prime rate* norte-americana e a *Libor* européia, parece que é para ficar, o que se deduz dos dados da Reserva Federal dos Estados Unidos — afirmou, ontem, no Maksoud Plaza, em São Paulo, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, orador principal da sessão da manhã do Simpósio Acor-Citec, da qual participaram como debatedores José Mindlin, Roberto Teixeira da Costa, Cláudio Roberto Contador e Carlos Antonio Rocca.

— As taxas caem, graças a Deus! — afirmou Simonsen, mostrando seus três reflexos sobre a economia brasileira:

1) diminui o ônus do balanço de pagamentos, por ser o item mais importante do déficit em contas correntes; os juros representam quase todo esse déficit;

2) deve haver alguma redução nas taxas de juros internas, mesmo que não seja um efeito imediato; e

3) as taxas de juros mais baixas são sinalizadoras de uma recuperação na economia mundial, cujos níveis são os mais baixos desde a Grande Depressão.

O ex-ministro de Geisel e Figueiredo defendeu a abertura do capital das empresas — o tema de sua palestra — afirmando que “a maneira pela qual a empresa nacional pode se fortalecer é pela abertura do capital”, esclarecendo: “Não defendo incentivo aos mais ricos, mas às empresas, que são a base do sistema econômico”. Para isso, Simonsen manifestou sua concordância com a proposta da CNI de alocar recursos do PIS e do Pasep na capitalização das empresas, alertando porém que não é um processo rápido, mas progressivo.

Simonsen defendeu a correção monetária, mas afirmou que ela não deve ser compulsória. “Ao contrário, a correção deve ser permitida, mas não deve passar para os preços os choques econômicos. Na medida em que a correção é compulsória, tem-se a redução do direito de contratar e é geradora de desemprego. A correção foi criada para proteger indivíduos e partes contratantes contra a inflação de demanda. Mas incorporar à correção monetária o custo dos aumentos do preço do petróleo ou outros choques externos é um absurdo. O resultado, como se viu no caso da Bélgica, é um aumento brutal na taxa de desemprego.”

Sobre a inflação de 3,7% em setembro, o ex-ministro recordou que “nunca se pode projetar a inflação a partir de um mês. Muitas pessoas foram tomadas de pessimismo descabido em junho, com os 8%, e ficaram otimistas com os 3,7%. De qualquer forma, a tendência é a de que as medidas de austeridade devam dar como resultado a queda da inflação”.

Simonsen disse que a lei salarial beneficia quem ganha até 11,5 salários mínimos — ou seja, a maioria dos trabalhadores — e sugeriu que há problemas de equilíbrio, “porque na outra ponta está o nível de emprego. O sistema deve ser mais flexível”. A seguir, defendeu que o governo só fixe o salário mínimo e deixe o resto por conta de negociações salariais.

O ex-ministro, que rejeitou falar do passado, considerou corretas as medidas recentes de política econômica.

Capitalização

Os debatedores José Mindlin, Roberto Teixeira da Costa, Cláudio Roberto Contador e Carlos Antônio Rocca defenderam a abertura de capital como caminho para que a empresa nacional privada ganhe a dimensão necessária. Mindlin criticou particularmente o fato de os títulos públicos oferecerem as qualidades de liquidez, rentabilidade e segurança, concorrendo assim com a captação de poupança privada. Disse que dessas três qualidades, só duas se justificam. E contou que no tempo do nazismo, contava-se a piada de que as seguintes três qualificações em conjunto, eram

A queda nas taxas de juros internacionais vão ajudar a recuperação das economias brasileira e mundial. Opinião de Simonsen.

impossíveis numa só pessoa: ser inteligente, honesta e nazista. “Só duas eram possíveis. Podem comparar essa situação à dos títulos públicos, hoje.” Mindlin defendeu ainda a transformação do Pis-Pasep num grande fundo de investimento para que os assalariados passem a participar do crescimento das empresas, sugerindo dividir a gestão dos recursos, que hoje pertencem aos empregados, são foados pelas empresas, mas administrados pelo governo.

Teixeira da Costa criticou a timidez dos investidores institucionais no mercado de ações e defendeu a ênfase nas pequenas e médias empresas, recordando que nos Estados Unidos, nos últimos cinco anos, “as grandes empresas não têm gerado nenhum novo emprego”.

Política cambial

O conferencista da sessão da tarde foi o ex-diretor da Área Externa do BC, Fernão Bracher, tendo como debatedores o empresário Cláudio Bardella e os economistas Antônio Carlos Porto Gonçalves, André Lara Rezende e Adroaldo Moura da Silva.

Bracher admitiu que há uma defasagem na política cambial, ou seja, que o cruzeiro está supervalorizado em relação ao dólar, mas evitou precisar quanto e defendeu a correção pelo sistema de minidesvalorizações. Para isso, entretanto, é preciso mudar os preços relativos — argumentou — o que sugere que “se estude novamente o conceito da acidentalidade para a correção monetária, com a correção cambial sendo maior que a monetária.”

Para evitar prejuízos aos tomadores de crédito que auxiliaram o governo a captar dólares, necessários ao fechamento das contas externas, Bracher afirmou que se deve pensar em subsídios ao crédito. Mais adiante, condenou o câmbio duplo ou múltiplo e considerou inconveniente permitir a livre flutuação da moeda, recordando que nos últimos 20 meses o marco passou a valer 49,4% a menos que sua cotação anterior face ao dólar, num mercado livre.

No longo debate que se seguiu, Moura da Silva defendeu uma maxidesvalorização cambial seguida da permissão para que todos os créditos externos até a data da desvalorização possam ser pagos com correção monetária ou cambial, o que implicaria um subsídio da ordem de 1,7 bilhão de dólares por ano, durante dois e meio a três anos, invocando o argumento de que “os males a gente administra de forma abrupta”.

Cláudio Bardella, a seguir, criticou mais fortemente a política cambial: “Parece-me que não é mais correta, sua concepção foi boa até 79, mas a prefixação provocou grave desconfiança e o essencial é restabelecer a confiança, sem o que não será fácil resolver o problema do balanço de pagamentos a curto prazo”.

André Lara Rezende advertiu para o risco de que a política para o balanço de pagamentos determine o elevadíssimo nível atual das taxas de juros, pedindo definições ao governo. “A definição é por uma política de juro real que pode quebrar 30% do parque industrial brasileiro?” — indagou.

Segundo Antônio Carlos Porto Gonçalves, “a política cambial não resolverá absolutamente o problema brasileiro”, uma vez que “o dilema brasileiro é bastante importante porque está fora de nossas mãos. Eu acho que tudo será indiferente se a política monetária norte-americana não mudar e não mudar a política do FMI”. E fez uma tirada de efeito: “O time está perdendo de 10 a 0 e indaga-se quem vai bater um pênalti aos 44 minutos do 2º tempo. Os negociadores brasileiros têm que mostrar que os Estados Unidos podem quebrar o mundo. Minha dúvida é sobre o entendimento americano quanto a isso”.

Vai entrar mais dinheiro em circulação

Para suprir as necessidades de ajuda governamental a setores prioritários como agricultura, exportações e energia, que exigiram desembolsos adicionais sem suporte em recursos não-inflacionários, o presidente Figueiredo enviou ontem ao Congresso mensagem solicitando homologação para a emissão de papel-moeda no valor global de Cr\$ 420 bilhões, já autorizada pelo Conselho Monetário Nacional. Com isso, a emissão de papel-moeda está ocorrendo em ritmo superior à previsão inicial.

Na exposição de motivos que acompanha a mensagem, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, mostra que até o dia 30 de

setembro foram emitidos Cr\$ 195 bilhões, o que corresponde a 8,2% do saldo dos meios de pagamento em 31 de dezembro de 1981. Entre os fatores que pressionaram a expansão da base monetária, a mensagem destaca Cr\$ 319 bilhões para financiamentos de comercialização e aquisição de produtos agrícolas; Cr\$ 136 bilhões para custeio agrícola; Cr\$ 80 bilhões para os estoques reguladores de alimentos; e Cr\$ 66 bilhões para o Proálcool.

Galvães lembrou ainda que, apesar dos esforços do governo, que incluiu o aumento do recolhimento compulsório dos bancos, as emissões deverão ultrapassar o limite previsto tam-

bém em função do aumento da demanda por papel-moeda, que é comum nos últimos meses do ano. Ele acrescenta ainda, na exposição de motivos, que, na aprovação do orçamento monetário para 82, foi prevista a expansão de 50% na base monetária e nos meios de pagamento, com o objetivo de desacelerar o ritmo da inflação e ajustar progressivamente o balanço de pagamentos.

O documento cita ainda a baixa cotação dos preços internacionais do açúcar, o financiamento do custeio agrícola das safras de verão no Centro-Sul e as importações de trigo como problemas adicionais que tornam necessária a emissão de mais papel-moeda.